

A CONSTRUÇÃO DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO NO ENSINO MÉDIO PÚBLICO ESTADUAL, EM ESCOLAS DO RIO GRANDE DO SUL – 2007/2008

Jaqueline de Gaspari¹
Ane Carine Meurer²

Resumo

Neste artigo sistematizamos ações e estudos desenvolvidos em duas pesquisas realizadas no decorrer de 2007 e 2008 em escolas de Ensino Médio público estadual. Ambas as pesquisas objetivaram compreender como ocorreu a reconstrução do Projeto Político-Pedagógico (PPP) nas escolas investigadas e quais segmentos participaram ativamente desse processo. Referenciando-se na abordagem qualitativa de enfoque etnometodológico, acompanhou-se discussões que problematizaram o PPP, visando a repensar os espaços-tempo da escola onde o novo PPP reconstruído retratasse a sua realidade. A escrita deste artigo buscou estabelecer relações e refletir criticamente sobre os resultados obtidos nestes dois anos com o propósito de concluir as discussões dessas pesquisas.

Palavras-chave: Projeto Político-Pedagógico. Reconstrução do PPP. Ensino Médio.

¹ Formanda em Pedagogia pela Universidade Federal de Santa Maria. jaqueline.degaspari@gmail.com

² Doutora em Educação pela Universidade Federal da Bahia. Professora do Departamento de Fundamentos da Educação da Universidade Federal de Santa Maria. acmeurer@terra.com.br

**CONSTRUCTION OF THE POLITICAL-PEDAGOGICAL CURRICULUM
IN STATE GRAMMAR SCHOOLS IN THE STATE OF RIO GRANDE DO SUL – 2007/2008**

Abstract

In this article, we systematized actions and studies developed in researches realized during 2007 and 2008, in state public Senior High School. The two studies aimed to understand the Political-Pedagogical Project (PPP) reconstruction and which segments participated actively in this process. Referencing to the qualitative approach of ethnomethodological focus, followed up discussions that problematized the PPP, are meant rethinking the spaces-time of the school where the new PPP would retract reality of it. The writing of this article seeks to establish relations and reflect critically on the obtained results in these two years, with the aim of concluding the discussions of these searches.

Keywords: Political-Pedagogical Project. PPP reconstruction. Senior High School.

A escrita deste artigo busca estabelecer relações e refletir de forma crítica e epistemológica sobre as ações, atividades, estudos e resultados obtidos durante os períodos em que ocorreram as pesquisas: “Ensino Médio Público Estadual: a proposta da LDB (Lei 9394/96) e a efetivação do Projeto Político-Pedagógico das escolas da região central do município de Santa Maria” e “O Projeto Político-Pedagógico das escolas de ensino médio público estadual”, em 2007 e 2008, respectivamente. O principal intuito está em sistematizar e concluir as discussões referentes às duas pesquisas.

Nos dois períodos de pesquisa optou-se por entrar em contato com uma escola de Ensino Médio estadual da região central do município de Santa Maria. A opção também esteve associada à disposição das escolas em reconstruir seu Projeto Político-Pedagógico; elas mostram-se receosas em aceitar projetos de pesquisa que possam visualizar seu íntimo espaço e documentos; as escolas temem abrir-se a pesquisas que analisam e criticam, ou que não retornam com sugestões. Encontramos em 2007 disposição de trabalho em uma escola de Ensino Médio estadual, onde o acompanhamento ocorreu com mais intensidade com o segmento professores e nesse, especialmente, o Serviço de Supervisão Escolar. Em 2008 a pesquisa ocorreu em uma escola de Ensino Médio e Técnico profissionalizante, na qual também houve contato com a Supervisão Escolar.

Nesse contexto, a pesquisa de campo realizou-se respectivamente de maio a dezembro e de agosto a dezembro nas referidas escolas. O comparecimento às escolas ocorria semanalmente, em 2007 no turno da manhã e em 2008 no turno da noite. Nas duas oportunidades trabalhamos diretamente com pelo menos uma das supervisoras escolares. Como pesquisadoras no campo da educação e como pedagogas, necessitamos compreender as questões relacionadas à Educação Básica, abrangendo assim o Ensino Médio e seu funcionamento, assim como a elaboração do Projeto Político-Pedagógico.

O acompanhamento das reconstruções

Mediante enfoque etnometodológico qualitativo, ambas as pesquisas foram realizadas perante a partir de acompanhamento da reconstrução do PPP de cada referida escola, ou seja, por meio da pesquisa empírica temos a pretensão de compreender os métodos utilizados pelos sujeitos em suas ações cotidianas, em outras palavras, como estas acontecem na prática. Ao contrário do que possamos entender, o conceito de etnometodologia não se refere aos métodos que usaremos na pesquisa, e sim aos métodos que os sujeitos de nossa pesquisa adotam para realizar suas ações diárias, analisando-as, buscando compreendê-las, a fim de entender seu meio histórico-social. Nas palavras de André (1995), nossos principais focos de interesse, ao optar pela etnometodologia são: “Os conhecimentos tácitos, as formas de entendimento do senso comum, as práticas cotidianas e as atividades rotineiras que forjam as condutas dos atores sociais” (p. 19).

A etnometodologia refere-se a uma interpretação do mundo dos vários sujeitos escolares e foram as inserções semanais, junto ao segmento professores, especialmente com a Supervisão Escolar, que possibilitaram observar este nível de ensino, de acordo com a LDB. Nesse contexto, por meio da Supervisão Escolar conseguimos acompanhar as ações dos vários segmentos que fazem parte do ambiente escolar, isto é, os pais, os alunos, os professores e os funcionários. Observamos as suas tomadas de decisão, seus argumentos, sua linguagem, sua racionalidade. Imergindo no seu cotidiano, valorizamos o que eles tinham a dizer, compreendemos como criam e recriam a história de sua escola.

Tal acompanhamento do cotidiano proporcionou também a oportunidade de fazermos uma leitura do “antigo” Projeto Político-Pedagógico e demais documentos que fazem parte da organização escolar, suas formas de elaboração, assim como a legislação atual que assegura essas mudanças. Tais propósitos justificam-se em função de atingirmos os objetivos a que nos propusemos com tais pesquisas. Nossos principais objetivos eram: (i) analisar as práticas desenvolvidas em escolas de Ensino Médio estadual do município de Santa Maria; (ii) observar o andamento da reconstrução do Projeto Político-Pedagógico das

escolas, acompanhando um ou mais segmentos envolvidos em tal processo; (iii) estudar aspectos relacionados à temática: Projeto Político-Pedagógico das escolas de Ensino Médio, e (iv) compreender as relações sociais, políticas, econômicas e culturais existentes no Ensino Médio.

Assim, com as mudanças que ocorreram a partir da Lei de Diretrizes e Bases nº. 9.394/96 (Brasil, 2003) referentes ao Ensino Médio, educação Profissionalizante, as relações destes com o mundo do trabalho e suas atuais reconfigurações e exigências, levaram-nos a pensar sobre qual é o Projeto Político-Pedagógico que as escolas pesquisadas pretendiam ter como referencial de suas atividades diárias.

Projeto Político-Pedagógico da escola

A construção ou reconstrução do PPP significa repensar, refletir e incorporar novas ideias e formas democráticas à prática educativa em uma perspectiva transformadora da educação, o que exige compromisso dos profissionais das escolas públicas. O grande desafio é sistematizar em um único texto toda a realidade de uma escola, seus alunos, professores, funcionários e todos aqueles que dela fazem parte; um texto que possa constituir a referência para a organização do trabalho pedagógico escolar, porque expressa a intencionalidade político-pedagógica de um projeto de educação e de sociedade, articulado aos interesses e necessidades da comunidade escolar, ou seja, uma educação que assegure aprendizagem de qualidade para todos.

Para que a reconstrução do PPP seja possível não é necessário convencer os professores, a equipe escolar e os funcionários a trabalhar mais ou mobilizá-los de forma espontânea, mas propiciar situações que lhes permitam aprender a pensar e a realizar o fazer pedagógico de forma coerente, em busca de sua autonomia e qualidade (Veiga, 2000). A clareza do documento PPP, construído coletivamente, articulado à realidade histórico-social de sua comunidade e explicitado por todos os sujeitos escolares, é que permitirá que o Ensino Médio delinheie a sua especificidade e o seu lugar perante a Educação Básica brasileira.

Um PPP que possua um caráter emancipador, é capaz de expressar sua intencionalidade pedagógica, cultural, profissional, além de um modelo democrático de gestão. O projeto não se constitui apenas em um documento, mas na consolidação de um processo de ação-reflexão-ação, que exige esforço conjunto e vontade política coletiva por parte dos sujeitos escolares. Constitui-se em um processo no qual a teoria e a prática se articulam em unicidade, sem primazia de uma sobre a outra, mas em interdependência, reciprocidade, dinamicidade. Teoria e prática são elementos distintos, mas ao mesmo tempo inseparáveis, e na construção do PPP não poderia ser diferente. Nesse contexto, reforça-se a concepção de práxis, de prática reflexiva, de atividades teórico-práticas que têm, de um lado, a ação que subsidia o pensamento para a construção de novas ideias e formas diferenciadas de intervenções na realidade educacional, e, de outro, a teoria representada por um conjunto de ideias sistematizado a partir da prática pedagógica. O projeto de escola é arquitetado por todos os sujeitos envolvidos no processo educativo. É uma ação planejada e organizada tendo em vista o futuro que não está dado, não está pronto (Veiga; Fonseca, 2001).

A elaboração de um PPP de escola exige um reconhecimento e a análise acerca do papel social dessa escola na comunidade em que está inserida, e para tanto é necessário investigação e reflexão. Nesse sentido é fundamental pensarmos em nosso país, Estado e município de tal forma que o projeto de escola esteja articulado e que deles faça parte. Essa articulação, sempre crítica, deve ser objeto de investigação, reflexão e avaliação, o que consubstancia o Projeto como espaço-tempo de aprendizagem de todos. O PPP é um documento que não se reduz apenas à dimensão pedagógica, e menos ainda ao conjunto de projetos e planos isolados de cada professor em sua sala de aula. O PPP é, portanto, um produto específico, que reflete a realidade da escola situada em um contexto mais amplo, que a influencia e que pode ser por ela influenciado. Em resumo, é um instrumento clarificador da ação educativa da escola em sua totalidade (Veiga; Resende, 1998).

Ensino Médio brasileiro: algumas considerações

Muitas transformações marcaram o fim do século 20, mudanças em âmbito mundial que causaram interferências em várias formas de organização da sociedade repercutindo também na educação. Na década de 80 são recomendados, por organizações ligadas à Organização das Nações Unidas (ONU), modelos e ajustes aos países em desenvolvimento. Tais reformas no Estado trazem reformas nos sistemas educativos latino-americanos, introduzidas sob um enfoque de três fundamentos: “assemelha a escola à empresa; vê fatores do processo educativo como insumos e a eficiência e as taxas de retorno como critérios de decisão” (Coraggio, 1998 apud Melo, 2006). Essas mudanças, no entanto, reforçam a segmentação do ensino na medida em que se aparta o Ensino Médio e a educação técnico/profissional, reforçando também a dicotomia entre teoria e prática.

Durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), o grande princípio norteador da reforma da Educação Básica foi a equidade: sendo assim, repercutia o discurso de que os recursos existentes eram suficientes, cabendo apenas melhorar a sua utilização, tanto que somente 4% do PIB foram utilizados com Educação. O Decreto nº. 2.208/97 refere-se à Educação Profissional, expressando que esta passa a ser complementar à Educação Básica e Geral, separando-se do Ensino Médio. Assim, a política do governo FHC acaba com a ambiguidade entre Educação Geral e formação profissional com os dois sistemas: um sistema escolar que abrange os níveis fundamental, médio e complementação superior e, outro sistema paralelo de formação profissional que atende aos níveis Básico, Médio e Tecnológico (Melo, 2006).

A nova política anunciada pelo MEC com o governo Lula previa corrigir dois pontos da política anterior: integrar Ensino Médio e Educação Profissional, além de priorizar a destinação dos recursos do Programa de Expansão da Educação Profissional (Proep) para as escolas públicas federais. A nova institucionalidade vem com o

Decreto nº. 5.154/04 (Brasil, 2003), que regulamenta quatro artigos da Lei nº. 9.394/96, e determina (art.1º) que a educação profissional seja desenvolvida por meio de cursos e programas referentes à: formação inicial e continuada dos trabalhadores; educação profissional técnica de nível Médio; educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação, mestrados profissionalizantes (Melo, 2006, p. 7).

Sendo assim, a educação profissional técnica articular-se-á com o Ensino Médio de forma integrada, concomitante e subsequente, seguindo as Diretrizes Curriculares Nacionais do CNE (Decreto nº 5.154/04) e o Projeto Pedagógico de cada instituição (artigo 4º) (Melo, 2006). Tal medida teria como vantagem a flexibilidade de escolha das escolas e educandos. “Após um ano de vigência do Decreto nº 5.154/2004, a mobilização esperada não ocorreu. O que se viu, logo a seguir, foi o inverso. De uma política consistente de integração entre educação básica e profissional, articulando-se os sistemas de ensino federal e estaduais, passou-se à fragmentação iniciada internamente, no próprio Ministério da Educação” (Frigoto et al., 2005). Não houve medida efetiva autorizando o aumento dos quadros de pessoal, por meio de concursos públicos ou abertura de vagas para docentes e/ou técnico-administrativos.

O sistema de educação então adotado, visava a atender à lógica de mercado, tendo tal modelo como características: a heteronomia institucional; o conceito instrumental de tecnologia; o conceito de universidade como prestadora de serviços e a pesquisa e extensão focadas nos interesses imediatos dos setores empresariais (Lima Filho, 2005 apud Melo, 2006). A revogação da legislação de FHC e a aprovação de novos decretos não alteram sua essência e seus princípios originais. A legislação substituta preserva o modelo anterior que torna independentes o Ensino Médio e a Educação Profissional. Em síntese pode-se afirmar que há rupturas e continuidades entre os governos FHC e de Lula com relação ao Ensino Médio e Profissional. O que muda são apenas as nomeações conferidas aos níveis de Educação Profissional que, no entanto, mantém correspondência com os anteriores. Tudo isso reforça a tese da continuidade (Melo, 2006). Os resultados efetivos dessa política serão dados pela ação dos sujeitos

na prática social, na dinamicidade e contraditoriedade do real, pois há todo um conjunto de interesses em conflito – individuais e coletivos, internos e externos à escola – que se contrapõem ou não a nossa realidade.

A formação humana e os objetivos de reconstruir o PPP

No período do Estado Novo, em meados da década de 50, acreditava-se que a educação do povo poderia levar o país ao desenvolvimento social e econômico. Para tanto vários projetos foram desenvolvidos para levar informação, cultura e conhecimentos às classes populares. A escola pública expande-se como política do governo tornando-se obrigatória e de direito de todos, porém seu PPP geralmente não considera a cultura e suas necessidades. Consequentemente, o fracasso escolar tornou-se visivelmente maior, visto como problema apenas de professores e autoridades governamentais. Não tardou, porém, que se percebesse que os fracassados na escola, ou os que a ela não tinham acesso, eram os mesmos excluídos do trabalho, da participação política e da cidadania, como bem nos lembra Santiago (2007).

Deve-se pensar em uma escola para que e para quem, ou seja, uma escola que tenha propostas fundamentadas coerentemente com a visão de mundo da comunidade que atenderá, preparando o aluno dentro da perspectiva de transformação social da sociedade em que está inserido. O PPP precisa considerar os conteúdos curriculares, para que esses tenham sentido real e possam ser aproveitados pelos estudantes no seu cotidiano, tornando-os assim críticos e transformadores do meio social. O que busca fundamenta-se nos conteúdos é a concepção do que significa preparar para o mundo do trabalho, atuar socialmente promovendo a igualdade e construindo representações acerca das relações de poder e do conhecimento.

Toda prática pedagógica subentende uma dimensão política, por isso torna-se necessário uma reflexão sobre as práticas sociais e culturais. O PPP precisa superar o discurso banal de respeito às diferenças, não apenas reconhe-

cendo a existência do outro. O currículo deve transformar o conteúdo em experiências, rompendo com as fronteiras tradicionais e atravessando o sujeito em suas múltiplas dimensões. Sendo o PPP, o norteador de todas as ações exercidas na escola, a democratização da Educação Básica e Superior tem como meta construir um PPP de qualidade, comprometido com as diversas necessidades sociais e culturais da população, configurando-se, assim, como uma expressão de direitos humanos.

No início do século 20, a escola primária revelou-se insuficiente para a ascensão social, o que fez com que a partir de 1930 o Ensino Médio surgisse como crescente opção para ascensão na história da Educação, o que recaiu sobre a reforma universitária em 1968. Atualmente o movimento educacional ainda carrega os planos e promessas não cumpridas do início do século 20, acarretando em números preocupantes com relação aos jovens que terminam seus estudos, por exemplo, em 2001,

Do total de matrículas no primeiro ano do Ensino Médio, apenas pouco menos de dois terços (61,7%) é constituída pelos integrantes do fluxo escolar regular, ou seja, os concluintes do Ensino Fundamental. Mais ainda, uma ínfima parcela de 2.04% dos alunos está na idade condizente com a série freqüentada (Gomes et al., 2004, p. 360-37).

A real significação do PPP está em compreender a educação que se teve para a construção de uma educação que se quer. Pode-se observar que tal concepção perpassa pelas discussões que se organizam na escola pesquisada, quando se percebe professores questionando-se sobre que educação seus alunos estão buscando ao procurar a escola.

A democratização educacional surge como um sentido, que vem apontando o PPP e a formação como temas indissociáveis da problemática da educação brasileira. A fundamental preocupação que o sistema educativo enfrenta é preparar o educando para exercer a cidadania e qualificá-lo para o trabalho, ou seja, melhorar a qualidade da educação para que todos aprendam mais e

melhor. Para tanto o PPP precisa abordar implicitamente a formação humana, atendendo assim às finalidades deferidas na Constituição Brasileira de 1988 e na LDB de 1996.

O Projeto Político-Pedagógico, como ação humana, requer adequação intencional do real ao ideal, articulando os interesses individuais e coletivos. Os projetos individuais são pessoais, relativos à existência; os projetos coletivos são complexos por envolver uma diversidade de valores de muitas pessoas. Projetar é romper com o presente querendo um futuro diferente. Para tanto faz-se necessário uma consciência responsável, para que se obtenha um resultado real, projetando um resultado ideal, ou seja, uma consciência de finalidade. Nesse sentido, visa-se a uma intervenção no presente projetando o futuro, por meio do PPP.

A questão central do PPP é compreender qual é a função da escola, tentando superar seu caráter utópico. A escola vem se configurando, na atualidade, como sinônimo de educação e formação para o desenvolvimento humano. O PPP é pensado previamente, mas edificado presentemente pelas ações educativas concretas de ordem escolar. Trata-se de conferir coerência, de unificar as ações docente, discente e familiar, o que implica envolvimento por parte da gestão escolar como mediação.

A formação de professores assume posição de destaque nos debates educacionais quando se percebe que investir na formação é urgente e necessário, em razão das muitas problemáticas que permeiam a educação escolar. Essa maior atenção à formação docente deve-se às atuais exigências que a escola recebe perante a sociedade. Exige-se que o ensino privilegie competências e atitudes que ajudem a formar cidadãos que enfrentem os problemas impostos pelo cotidiano. Assim, compreender a formação continuada de professores pelo viés da supervisão escolar, local privilegiado de elaboração do Projeto, numa perspectiva crítica reflexiva, construindo, acompanhando e avaliando o PPP, transformando-o em trabalho educativo, mostra-se de grande importância. Há, então, a necessidade de superação da formação baseada na racionalidade téc-

nica, que tem servido de referência para a formação docente e a adoção de uma perspectiva crítica e reflexiva, tendo em vista a formação do professor como agente de mudanças na escola e na sociedade (Silva, 2007).

O PPP não pode ser visto apenas como instrumento de controle burocrático do trabalho escolar, que é elaborado apenas para atender exigências de órgãos superiores. Precisa ser concebido como instrumento emancipador, em que a formação continuada de professores seja um de seus princípios, que deve ser compreendido visando a uma nova organização do trabalho escolar. O PPP é o instrumento que coordena o trabalho pedagógico da escola. Tal entendimento possibilita fortalecer a ideia de que por meio do PPP a escola organiza, pensa e concretiza coletivamente o trabalho pedagógico escolar e que este atende a todas as necessidades de aprendizagem e desenvolvimento de sua comunidade. Mesmo o PPP sendo o organizador do trabalho pedagógico da escola, constata-se que ele não tem sido empregado como norteador e organizador das ações pedagógicas, sendo elaborado apenas para atender às cobranças institucionais. Outro aspecto evidenciado é a exclusão do aluno como pertencente ao trabalho pedagógico, o que contribui para a formação do cidadão incapaz de se inserir criticamente na sociedade.

Reflexões a respeito das vivências na escola pesquisada em 2007

Como início das atividades de pesquisa observamos as tarefas cotidianas da Supervisão Escolar. Isso ocorreu para atender à solicitação inicial da supervisora escolar e posteriormente deu-se continuidade ao trabalho, por fazer parte de nosso objetivo de conhecer a escola, fazer um levantamento da realidade escolar: número de educandos, número de professores, funcionários, Direção, Orientação e Supervisão Escolar, suas proporções referentes à quantidade necessária de professores e equipe diretiva ao número de educandos da escola, para viabilizar um ensino de qualidade.

A análise da documentação legal (PPP, Plano Integrado e Regimento Escolar) possibilitou compreender a direção, os objetivos que a escola estava seguindo até aquele momento, como se organizava na efetivação das suas ações, das tomadas de decisão e em relação às respectivas responsabilidades cabíveis a cada segmento escolar. Tomamos como base o que alerta Domingos (1985, p. 153), “cada conteúdo deixa de ter significado por si só, para assumir uma importância relativa e passar a ter uma função bem determinada e explícita dentro do todo de que faz parte”. Assim, estudando os documentos da escola, percebemos que seu foco de ensino estava voltado à preparação de seu aluno para o ingresso ao ensino superior, visando a qualificá-lo para o que a atual sociedade exige, ou seja, qualificação. Visto isoladamente, cada documento não tem sentido, mas unindo o que é relatado no Plano Integrado com o antigo Projeto Pedagógico, ficou clara a função propedêutica que a escola estava assumindo.

O PPP tem como incumbência a organização do trabalho pedagógico da escola na sua totalidade. Dessa forma, essa era a intenção da supervisora com a qual se trabalhava: elaborar um PPP que apenas formalizasse o que já estava em andamento dentro da escola, a sua organização cotidiana. Assim sendo, pretendia-se escrever um PPP que estivesse em consonância com a realidade que a escola estava vivendo no momento e não um projeto, em suas palavras utópico, que ficaria trancado em uma gaveta depois de passar pelas instâncias superiores que o aprovariam, mas não alteraria em nada a rotina escolar.

Durante o trabalho de reconstrução do Projeto era possível manter conversas com a supervisora a respeito dos inúmeros acontecimentos da rotina de supervisão. Entre troca de informações, quando questionada sobre porque estava reescrevendo o Projeto Político-Pedagógico “sozinha”, a supervisora nos trouxe alguns elementos para pensar sobre o futuro como professoras:

O professor quer vir para escola, dar a sua aula e ir embora, pois muitas vezes não trabalha somente em uma escola, tem outras atividades e, mesmo que não as tenha, não tem vontade de participar. A pressão, por parte do Estado,

de enxugamentos de salários e de quadros de professores, faz com que os professores queiram ficar cada vez menos dentro da escola e, também a procurar outros incentivos financeiros (supervisora escolar).

Estamos falando de uma formação, inicial e continuada, que exigia do professor, para ser considerado “bom profissional”, o desempenho de sua função em sala de aula, geralmente ligada à transmissão de conteúdos em aula. Assim, essa concepção exige do professor, além do saber da sua disciplina e o conhecimento dos saberes pedagógicos, a discussão e reflexão acerca do cotidiano da escola, da sua prática, da sua relação com os alunos, com a equipe diretiva, entre outras questões.

A partir de observações e conversas informais foi possível perceber que a intenção da escola era destacar a importância do PPP como articulador das práticas existentes na escola, dos saberes norteadores dessa prática. Para esse projeto existir e se efetivar fazia-se necessário a organização coletiva dos docentes em torno desse mesmo projeto. Aí centram-se as maiores dificuldades, pois a escola é dinâmica, seu corpo docente muda, seus alunos mudam, as relações com a comunidade também são reconstruídas.

Durante este trabalho, que se alongou por quase todo o período de realização da pesquisa, observamos semanalmente o trabalho da supervisora escolar, que atendia solicitações de alunos, conversava com pais que vinham até a escola e atendia também os demais professores a respeito de suas atividades educacionais. Tal rotina prolongava-se por quase todo o dia, enfim, como mencionado pela própria supervisora escolar em 2007: “... é difícil reconstruir um Projeto Político-Pedagógico e fica mais complicado ainda sem a participação dos demais segmentos, sendo que preciso desviar minha atenção deste trabalho a todo o momento, atendendo à rotina da Supervisão”.

Torna-se compreensível tal situação em decorrência do tamanho da escola, que contava com três supervisoras escolares. A escola tinha em seu quadro de profissionais 147 professores e 31 funcionários, possuindo um total de 1.800 alunos, distribuídos em 61 turmas, em três turnos. É pertinente acrescentar que este trabalho de recuperação dos documentos e reformulação do PPP foi feito no

decorrer do ano letivo de 2007 contando com o auxílio das pesquisadoras, pois a escola sozinha não conseguiria implicar-se com mais essa atividade. Segundo a supervisora, não reformulariam o projeto por falta de tempo, enfatizando novamente que eram apenas três supervisoras escolares para toda a escola, e que seu trabalho era dificultado em função da demanda que a rotina escolar exigia.

Observamos na escola um grande envolvimento de alunos, professores e comunidade escolar nos debates que antecederam as eleições para o Grêmio Estudantil e Conselho Escolar. Necessariávamos, porém, de um maior envolvimento nos vários espaços-tempos escolares para compreender se, de fato, essa participação se efetivava no cotidiano da escola ou ocorria somente em momentos específicos, como em eleições tanto para Grêmio Estudantil quanto para Conselho Escolar. Ou seja, embora estivéssemos dentro da escola duas vezes durante a semana, nosso envolvimento ainda era pequeno em relação a todos os segmentos escolares, suas funções e tarefas. Acompanhamos a candidatura e campanha para eleição do Grêmio, que contou com a participação dos educandos, com questionamentos e sugestões de melhoria da escola, mas, não poderíamos saber, devido ao nosso curto espaço de tempo na escola, se a participação dos educandos continuaria e seria realmente efetiva após a eleição. Consideramos importante a participação do Grêmio Estudantil em todas as atividades desenvolvidas pela escola e, por ser uma gestão que está iniciando seu trabalho, seu envolvimento é ainda mais significativo, para que possam tomar conhecimento do funcionamento da escola, como são tomadas as decisões, quais são os direitos e deveres dos alunos, professores e demais segmentos da comunidade escolar.

Em alguns momentos o trabalho de interação com a supervisora foi substituído por observações em sala de aula, com o propósito de ter um acompanhamento objetivo do cotidiano escolar, perceber a relação professor – educando – equipe diretiva. Observamos se os educandos questionavam sobre o que é o PPP, se tinham conhecimento de que este estava sendo reformulado, se sabiam que como discentes tinham o direito de opinar e participar da referida reformulação. Nas aulas observadas em nenhum momento foi feita qualquer

referência ao PPP da escola, embora elas fossem dinâmicas, objetivas e com um bom desenvolvimento de conteúdo; os professores estavam abertos a ouvir as falas e intervenções dos alunos, desde que estivessem relacionadas com o assunto da aula. Vale lembrar que os professores estavam sempre dando “dicas” interessantes sobre o que poderia ou não ser cobrado em vestibulares, Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e Programa de Ingresso ao Ensino Superior (Peies), com sugestões de livros, leituras de jornais e revistas com reportagens de auxílio aos vestibulandos, enfim, o que de certa forma, estava de acordo com o que a supervisora tinha em mente para o PPP: uma escola que assume ser propedêutica e que cumpre da melhor forma possível sua meta.

Existiam dificuldades em concretizar o PPP da escola, entre outros motivos pela falta de interesse e participação, contudo o primeiro passo havia sido dado, ou seja, a escola estava buscando a renovação. Tal processo, no entanto, era lento e precisava de constante apoio e para isso a escola sempre esteve disponível em receber estagiários, pesquisadores de iniciação científica e demais trabalhos de pesquisa. Tratava-se de uma escola ampla, com muitas atividades, mas durante todo o tempo em que estivemos envolvidas com o trabalho a instituição esteve aberta para o diálogo e a partilha de experiências em busca do conhecimento. Esse diálogo escola-universidade proporcionou o envolvimento de duas comunidades em efetivar objetivos comuns. O principal deles referiu-se à formação docente e profissional. Nesse sentido entendemos que se qualifica o projeto de escola e efetiva-se a abertura para o novo.

A escola teria como finalidade primordial proporcionar a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no Ensino Fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos, como também a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para que este continuasse aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores, compreendendo os fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina. Nessa perspectiva, além de preparar para

a continuidade dos estudos e uma futura atuação profissional, ou qualificação técnica, a escola visava a preparar para o enfrentamento das dificuldades surgidas pela experiência da vida em sociedade.

No decorrer desse período de pesquisa acompanhamos as transformações sociais e dificuldades que as escolas públicas enfrentam a fim de realizar um trabalho voltado para a formação do educando, para que este se torne um cidadão que cultive valores e atue positivamente na sociedade. Sua meta era preparar o educando para dar continuidade aos seus estudos, estando ciente das transformações da sociedade, sabendo que o conhecimento tem presença garantida em qualquer projeção que se faça do futuro. Embora alicerçada no trabalho tradicional, o trabalho pedagógico nela realizado volta-se para o social, o desenvolvimento coletivo, permitindo ao aluno relacionar o saber elaborado ao longo da humanidade com a história construída no dia a dia. Sendo a instituição pesquisada somente de Ensino Médio, ela mostrou ter o perfil de “preparar e orientar” os educandos a buscar a profissionalização por meio dos cursos pós-médio e/ou superior, ou seja, tem um perfil totalmente propedêutico. Percebemos também que é bastante amplo o número de alunos desta instituição que realizam os concursos de Peies, Enem e vestibular, sendo igualmente significativo o número de alunos que conseguem vaga em universidades, em sua maioria públicas.

O documento que foi reformulado durante o período de pesquisa na escola não foi escrito coletivamente, no entanto buscou retratar o trabalho desenvolvido coletivamente, seja ele pedagógico ou administrativo. A supervisora escolar com a qual trabalhamos tem plena consciência de que o PPP não é um documento acabado. Ele está em constante atualização e será sempre reformulado buscando melhorar o trabalho realizado em prol de uma formação de qualidade a seus alunos. Sendo assim, avalia-se periodicamente o PPP reescrito para que a comunidade educativa seja mais bem atendida por todos que trabalham nesta instituição. O interesse e a participação dos segmentos escolares na reconstrução do PPP mostraram-se limitados. A atualização feita visava pôr em consonância a realidade do cotidiano escolar com o Projeto reconstruído, no entanto percebeu-se

o desinteresse dos vários instituintes escolares para que este se efetivasse na prática escolar. Sendo a intenção de tal reformulação atualizá-lo à realidade da escola, nos foi possível perceber que o novo PPP dá ênfase à preparação dos alunos para as variadas formas de ingresso tradicionais ao ensino superior, e que este atende à sua demanda.

Reflexões a respeito das vivências na escola pesquisada em 2008

Como início das atividades de pesquisa observamos as tarefas cotidianas da Supervisão Escolar. Entre algumas percepções sobre a rotina escolar noturna, percebemos que os critérios de cobrança são mais “leves” e, de acordo com a supervisora escolar, isto se deve ao fato de que os alunos que buscam os cursos noturnos, em sua grande maioria, possuem vínculos empregatícios durante o dia. Inicialmente a intervenção na escola seria no sentido de auxiliar na reelaboração do atual Projeto Político-Pedagógico para o Ensino Médio noturno. Assim o fizemos, tentando, por meio da observação e conversas com a supervisora, perceber os objetivos e rumos que a escola estava seguindo até aquele momento. Intencionávamos, a partir das falas da supervisora, entender como se organizavam suas ações efetivamente, suas atitudes e tomadas de decisão em relação às responsabilidades cabíveis a cada segmento da escola.

Um PPP tem a ver com a organização do trabalho pedagógico em dois níveis: como organização da escola como um todo e como organização da sala de aula, incluindo sua relação com o contexto social imediato, procurando preservar a visão de totalidade de intenções coletivas. É essa a vontade da supervisora: escrever e pôr em prática um Projeto que formalize o clima de cooperação, amizade e confiança que já existe entre os segmentos da escola, dentro de sua rotina e organização cotidiana. Assim sendo, pretendia-se escrever um PPP que atendesse as expectativas de sua comunidade escolar, consoante

com a realidade que a escola está vivendo no momento e não um projeto, que ficaria largado na estante dos documentos importantes, e que mesmo assim não efetivaria a rotina escolar.

Durante diálogos com a supervisora escolar, essa menciona não ser fácil, inicialmente, criar o clima de confiança que existia naquele momento na rotina escolar, mas que aos poucos, com o desenrolar da rotina, tudo foi se adaptando. O processo de mudança é lento, mas como diz a própria supervisora, citando Clarisse Lispector, o mais importante na mudança não é a velocidade e sim a direção. A relutância ou talvez até mesmo desconfiança, tanto por parte dos professores quanto por parte dos alunos, dificultam a efetivação de momentos de trocas, de discussões e conhecimentos entre todos os sujeitos sociais que faziam parte da história da escola. Durante a pesquisa ficou evidente que a intenção da equipe diretiva é destacar a importância de se ter um PPP como articulador e integrador das práticas existentes na escola, dos saberes norteadores dessa prática, como nos lembra Silva (2007). Sabe-se, porém, também que muito ainda é preciso para que isso aconteça, ou seja, para esse projeto existir e se efetivar é necessária a organização coletiva dos docentes, discentes e comunidade escolar em geral em torno desse mesmo Projeto.

Parafraseando Ribeiro (2002), o conhecimento é uma construção social de conflitos e interesses antagônicos, ou seja, a própria formulação e a articulação de um PPP dependem e levam em consideração decisões coletivas acerca de compreensões diversas da educação, do corpo docente, discente, funcionários da escola. Enfim, toda a comunidade deveria envolver-se na realização deste projeto de escola. Em nossas observações percebemos que o primeiro passo foi dado. A escola está buscando a renovação, no entanto o processo é lento e precisa de apoio.

Assim como na pesquisa realizada em 2007, constatamos também que na pesquisa realizada em 2008 a escola esteve aberta para o diálogo e a troca de experiências em busca do conhecimento, durante nosso período de contato com a instituição, contudo necessitaríamos de um maior envolvimento nos vários espaços-tempo escolares para compreender se, de fato, essa participação

se efetiva no cotidiano da escola ou ocorre somente em momentos específicos. Esse diálogo escola-universidade proporciona o envolvimento de duas comunidades em efetivar objetivos comuns. O principal deles refere-se à formação docente e profissional. Nesse sentido entendemos que se qualifica o projeto de escola se e efetiva a abertura para o novo e a escola entende o quão valioso é qualificar seu professor.

Cabe salientar aspectos encontrados durante a leitura de documentos da escola:

Deveres dos alunos [...] Tomar parte da elaboração do Regimento Escolar, Projeto Político Pedagógico e Normas de Convivência Escolar;

Direitos dos alunos [...] Participar das atividades do Grêmio Estudantil, votar e ser votados para cargos eletivos da diretoria do mesmo; solicitar informações sempre que necessário sobre: Regimento Escolar, Projeto Político-Pedagógico e as Normas de Convivência Escolar; tomar parte na elaboração do projeto Político-Pedagógico da Escola e do Regimento Escolar; [...]

Iniciativas como essas auxiliam na construção de um documento que tenha valor coletivo de ação na escola. O aluno sente-se responsável por aquilo que ajudou a construir e vai ter muito mais vontade de efetivar na prática da rotina escolar suas próprias propostas. A fim de problematizar a construção do Projeto Político-Pedagógico da escola foram propostas atividades de intervenções junto aos vários segmentos escolares, como assembleias e questionários individuais a cada segmento. Tais atividades foram planejadas com a intenção de obter o conhecimento sobre o que os segmentos escolares tinham a dizer sobre a reconstrução do PPP, quais eram suas expectativas, anseios e possíveis contribuições. Todo o trabalho planejado visava a repensar os espaços-tempos da escola a fim de que esta se tornasse um espaço-tempo de vivências positivas, em que o novo PPP se harmonizasse com a realidade em que a escola estava se efetivando e que o novo clima de relacionamento coletivo que a equipe diretiva buscava trazer para a escola estivesse também no papel.

Salientamos que surgiram imprevistos ao desenvolvimento das atividades até então planejadas. “O MEC lançou o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – Proeja” (Frigotto et al., 2005) e as intervenções elaboradas (questionários, debates) foram readaptadas e redirecionadas à elaboração de um PPP direcionado ao Proeja, que foi a nova opção da escola. Foi significativo o modo como a escola buscou reorganizar seus espaços-tempo, adaptando-se à realidade e necessidade de escola que a sua comunidade busca, ficando claro já ter compreendido que todos os segmentos precisam estar envolvidos, participando democraticamente do processo de construção do PPP.

O Proeja exige que se estabeleça uma política específica para a formação de professores que nele pretendam atuar. Há, no entanto, uma carência significativa no magistério superior de uma formação continuada de professores para atuar na esfera dessa modalidade. Entre os assuntos que problematizaram as discussões sobre a efetivação do Proeja na escola, destacamos como relevantes os seguintes temas:

- Competências: qual é o tipo de competência que queremos ver no nosso aluno?
Quais são as competências que os cursos que vamos ofertar desenvolverão?
Pensar em formar o currículo dos novos cursos por competência.
- Os planos de estudo de cada curso serão pensados a partir de reflexões a respeito de temas como: o que um aluno que cursa Técnico em Informática precisa saber sobre Química, sobre Física, sobre Português, sobre Matemática...
- O Proeja é diferente do Ensino Médio ao qual estamos acostumados aqui na escola, os níveis de ensino são diferentes. Não é nem um meio Técnico, nem um meio Médio: é um curso diferenciado. É um curso direcionado para exatamente o que o aluno precisa aprender, mas qual é o perfil do aluno que frequentará o Proeja?

A partir desses questionamentos, optou-se por realizar um estudo coletivo, de todo o “Documento Base” que traz tudo o que a escola precisa saber para a escrita do projeto de encaminhamento do Proeja. Referente a este estudo,

poucas reuniões foram realizadas naquele ano, pois este estava ao final de seu período letivo. A elaboração do PPP reconstruído, que passou a englobar os cursos do Proeja, encontrava-se em plena reconstrução ao final da nossa pesquisa. Entendemos que este é um processo que nunca cessa, estando sempre em constante renovação. Dar rumo ao PPP é compreender qual é a relevância da escola no processo de formação, educação e desenvolvimento de seu aluno. Trata-se de conferir coerência, de unificar as ações de todos os segmentos escolares, o que implica um envolvimento mediador por parte da gestão escolar (Veiga; Araujo, 2007).

O documento que estava sendo reformulado durante o período de pesquisa na escola buscou retratar o trabalho desenvolvido coletivamente, seja ele pedagógico e/ou administrativo. Ao término, a equipe de Supervisão da escola pesquisada havia tomado consciência de que o PPP não era um documento acabado. Ele estava em constante movimento e seria sempre reformulado, com a participação de todos os segmentos, buscando melhorar o trabalho realizado em prol de uma formação de qualidade aos alunos. Entendemos que o PPP torna-se significativo perante a comunidade escolar quando reflete seus anseios e necessidades, repensa a educação que tem, buscando a educação que se deseja. Para tanto é preciso avaliar periodicamente o PPP, reescrevê-lo, para que a comunidade educativa seja mais bem atendida por todos que trabalham na instituição.

Mesmo sendo a Instituição pesquisada somente de Ensino Médio, revelou-se não haver somente a preocupação com o ensino propedêutico. Percebeu-se que a escola teria o perfil de preparar e orientar seus educandos a buscar a profissionalização por meio dos cursos pós-médio e/ou superior, mediante o Ensino Médio e, também, de orientar e preparar para a iminente entrada no mercado de trabalho, com os cursos técnicos, no entanto não se visualizou o PPP como o organizador do trabalho pedagógico da escola, nem como o subsídio aos professores que teriam de orientar seus educandos.

A atualização feita visava pôr em consonância a realidade do cotidiano escolar com o novo Projeto, no entanto constatou-se que com toda a euforia que girou em torno da escrita de um projeto de encaminhamento ao Proeja, o PPP do Ensino Médio Noturno, que inicialmente seria a prioridade, ficou momentaneamente esquecido. Novas perspectivas e direcionamentos de trabalho coletivo foram traçadas, e a construção do PPP acabou ficando subjugada pela motivação à novidade. Sendo, contudo, a intenção inicial de reformulação do PPP do Ensino Médio Noturno atualizá-lo à realidade da escola, nos foi possível perceber que, se fosse realmente desenvolvida e concluída sua reformulação, o PPP efetivaria no papel o clima de confiança no trabalho coletivo que perpassa a escola.

Algumas considerações finais

Ao decorrer do desenvolvimento das pesquisas realizadas, observamos a dificuldade de adaptação às transformações sociais e governamentais que as escolas públicas enfrentam a fim de realizar um trabalho voltado para a formação cidadã do educando.

Ao tomar como princípio, nas duas pesquisas, a etnometodologia, nos foi possível desvelar alguns dos procedimentos presentes na ação dos segmentos escolares observados na escola. Conseguimos captar por meio da observação o que está por trás, aquilo que não se manifesta somente no diálogo, na oralidade, mas sim nos gestos, nas expressões, nas ações, num agir que pode passar despercebido, algumas vezes, até pelos sujeitos da escola, no sentido e significado que estes dão ao fazer pedagógico.

Com o chegar ao fim das pesquisas desenvolvidas, nos ficou claro que ambas as escolas estavam trilhando o caminho da participação e do trabalho coletivo como forma de alcançar e desenvolver propostas para uma educação de qualidade em seus ambientes escolares. E esse caminho teve início por meio da

reformulação de seus PPPs, ou seja, estava claro para as supervisoras escolares, das duas escolas, o relevante papel desse documento no âmbito escolar como um todo.

Entendemos que um PPP de escola precisa ser bastante discutido, pautado na ação cotidiana dos docentes, discentes, comunidade escolar como um todo, firmado sobre a realidade escolar. Ações como essas com certeza fortalecerão as escolas, permitindo a gradativa evolução na educação que ela proporciona, o que sem dúvida renderá aspectos positivos tanto para os alunos quanto para as escolas.

Assim, esperamos contribuir com tal reflexão, embora tenhamos observado que existem várias limitações no processo de construção/reconstrução de um PPP em escola, seja ela de Ensino Médio ou não. Destacamos ainda a necessidade de essa temática estar presente em cursos de formação inicial e continuada para professores, pois estes, no exercício da docência, poderão ocupar a função de supervisores nas escolas em que trabalharem.

Entendemos também, ser fundamental que, a comunidade escolar participe de reuniões nas quais o assunto em pauta seja o processo de reconstrução do PPP da escola, para que cada vez mais esse documento passe da simples escrita a uma reflexão sistematizada e coletiva de todos os segmentos. Acreditamos que com a participação de todos, esse documento não ficará guardado em uma gaveta após ser aprovado e tornar-se-á de fato um importante documento na ação cotidiana da escola. Nas escolas pesquisadas a semente da participação já foi semeada e cabe à equipe diretiva continuar estimulando e valorizando a participação de todos, para que a planta cresça. Quando o professor se sentir valorizado, fará todo o seu trabalho também ser.

Referências

ANDRÉ, Marli Elisa D. Afonso de. *Etnografia da prática escolar*. 4. ed. Campinas, SP: Papyrus, 2000. (Coleção Prática pedagógica).

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. *Dispõe sobre as Diretrizes e Bases da Educação Nacional e dá outras providências*. Brasília, 1996. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br/legis/zip/lei9394.zip>>. Acesso em: jul. 2003.

DOMINGOS, Ana Maria et al. *A teoria da Bernstein em sociologia da educação*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbekian, 1985.

FRIGOTTO, Gaudêncio et al. A política de educação profissional no governo Lula: um percurso histórico controvertido. *Educação e Sociedade*, Campinas, SP: Cedes, vol. 26, n. 92, p. 1.087-1.113, especial, out. 2005.

GOMES, Alberto Candido et al. A expansão do Ensino Médio e a educação de jovens e adultos: alternativa negligenciada de democratização? *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 85, n. 209/210/211, p. 29-44, jan./dez. 2004.

MELO, Savana Diniz Gomes. Continuidades e/ou rupturas nas políticas para o ensino médio e educação profissional. *GT: Estado e Política educacional*, n. 5, 2006.

RIBEIRO, Marlene. Ensino Médio e Educação Profissional sob relações de hegemonia: terreno perdido ou construção de novas relações? *Revista Educação*, Santa Maria, v. 27, n. 1, 2002.

SANTIAGO, Anna Rosa Fontella. Na esteira dos movimentos sociais: o projeto político-pedagógico. In: VEIGA, Ilma Passas Alencastro (Org.). *Quem sabe a hora de construir o projeto político-pedagógico*. Campinas, SP: Papiros, 2007 (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).

SILVA, Edileuza Fernandes da. A coordenação pedagógica como espaço de organização do trabalho escolar: o que temos e o que queremos. In: VEIGA, Ilma Passas Alencastro (Org.). *Quem sabe a hora de construir o projeto político-pedagógico*. Campinas, SP: Papiros, 2007. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).

VEIGA, Ilma Passos de Alencastro (Org.). *O Projeto Político Pedagógico da escola: uma construção possível*. 11. ed. Campinas, SP: Papyrus, 2000. (Coleção magistério: formação e trabalho pedagógico).

VEIGA, Ilma Passos de Alencastro; ARAUJO, José Carlos Souza. O projeto político pedagógico: um guia para formação humana. In: VEIGA, Ilma Passos Alencastro (Org.). *Quem sabe a hora de construir o projeto político-pedagógico*. Campinas, SP: Papiros, 2007. (Coleção magistério: formação e trabalho pedagógico).

VEIGA, Ilma Passos de Alencastro; FONSECA, Marília (Orgs.). *As dimensões do Projeto Político-Pedagógico*. Novos desafios para escola. 6. ed. Campinas, SP: Papyrus 2001. (Coleção magistério: formação e trabalho pedagógico).

VEIGA, Ilma Passos de Alencastro; RESENDE, Lúcia Mária G. (Orgs.). *Escola: espaço do Projeto Político-Pedagógico*. Campinas, SP: Papirus, 1998. (Coleção magistério: formação e trabalho pedagógico).

Recebido em: 3/9/2009

Aceito em: 21/6/2010